

Cooperativismo e as Formas de Produção e Comercialização em Cuba

Cooperativismo y las Formas de Producción y Comercialización en Cuba

Aline dos Santos Lima

Instituto Federal Baiano, campus Santa Inês, BA, Brasil

E-mail: aline.lima@si.ifbaiano.edu.br

Recebido: 30 de dezembro de 2015 Aceito: 20 de agosto de 2016
Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo - O cooperativismo surgiu no século XIX como uma proposta de superação do sistema capitalista e como contraponto as ideias marxistas de transformação social pela luta de classe. Mas, as cooperativas se multiplicaram pelo mundo em articulação com a expansão do capital e a economia de mercado. Em Cuba, o triunfo da Revolução de 1959 lançou as bases para novas formas de participação e gestão econômica. Neste contexto, foram abertas as possibilidades para a criação de cooperativas com reconhecimento constitucional e apoio estatal. Inicialmente voltadas para o desenvolvimento da agricultura, as cooperativas foram responsáveis exclusivamente pela produção alimentícia, até ser aprovado o decreto-lei que autorizava a criação de cooperativas não-agrícolas. Desse processo, foram criadas as Cooperativas de Crédito e Serviços, as Cooperativas de Produção Agrícola e a Unidade Básica de Produção Cooperativa. Porém, as transformações em curso na economia cubana e os acordos adotados no VI Congresso do Partido Comunista abrem espaço para a criação de cooperativas em diferentes setores.

Palavras-chave: Cooperativismo; Cuba; Revolução de 1959; Formas de produção.

Resumen - Las cooperativas surgieron en el siglo XIX como una propuesta para superar el sistema capitalista y como contrapunto las ideas marxistas de transformación social a través de la lucha de clases. Pero, las cooperativas se han multiplicado en todo el mundo en relación con la ampliación de capital y la economía de mercado. En Cuba, el triunfo de la Revolución 1959 sentó las bases para nuevas formas de participación y gestión económica. En este contexto, las posibilidades estaban abiertas para la creación de cooperativas con el reconocimiento constitucional y el apoyo del Estado. Inicialmente las cooperativas fueron encargadas exclusivamente para la producción de alimentos, hasta que sea aprobada la ordenanza que autoriza la creación de cooperativas no agrícolas. Este proceso, se crearon las Cooperativas de Créditos y Servicios, las Cooperativas de Producción Agropecuaria y las Unidades Básicas de Producción Cooperativa. Sin embargo, las transformaciones en curso en la economía cubana y los acuerdos adoptados en el VI Congreso del Partido Comunista abren espacio para la creación de cooperativas en diferentes sectores.

Palabras clave: Cooperativismo; Cuba; Revolución de 1959; Formas de producción.

Introdução

O presente artigo resultou do estágio acadêmico realizado na *Universidad de La Habana* no primeiro semestre de 2015 com o objetivo de conhecer as principais formas cooperativistas de produção e comercialização agrícola em Cuba¹.

O cooperativismo surgiu no século XIX como uma proposta de superação das desigualdades decorrentes do sistema capitalista e, desde então, tem sido usado com finalidades diversas. Nesse texto, pretendemos expor alguns elementos que contextualizam

o surgimento do cooperativismo no mundo, ainda no século XIX, e sua institucionalização pelo Estado cubano na segunda metade do século XX. Assim, ao pontuarmos o cooperativismo comunista implementado a partir da Revolução, estaremos abordando elementos da formação territorial na ilha caribenha e, ao mesmo tempo, expondo as três formas de produção cooperativista que foram criadas desde 1959 com o triunfo revolucionário.

Para tanto, correlacionamos teoria ↔ prática a partir da literatura específica ao tema (cooperativismo), monografias e dissertações de conclusão de curso realizadas nas Faculdades de Economia e de Geografia da Universidade de Havana e do trabalho de campo. Este último foi realizado, entre março e abril de 2015, nas províncias de Holguín, Matanzas, Pinar del Río e Santiago de Cuba através da parceria com pesquisadores vinculados a *Universidad de la Habana* (Havana), a *Casa de Iberoamérica* (Holguín), ao *Núcleo de Género de la Universidad de Holguín “Oscar Lucero Moya”* (Holguín) e ao *Parque Nacional de Viñales* (Pinar del Río).

Notas sobre o Cooperativismo

A cooperação, em caráter informal, é uma prática antiga. Em todos os períodos da história há relatos sobre sua adoção para resolver problemas (plantar, construir, cuidar de animais, etc.) e/ou enfrentar intempéries. A cooperação foi a base do arrendamento de terras para exploração comum entre os babilônios, dos grêmios formados por agricultores escravos no antigo Egito, dos Calpulli nos quais os astecas se associavam para realizar atividades agrícolas em comum, das sociedades de auxílio-mútuo para enterros e seguros entre gregos e romanos, das confrarias da Idade Média e das corporações de artes e ofícios da Idade Moderna, bem como das “pré-cooperativas” de grupos religiosos, operários e socialistas (PINHO, 1966; RECH, 1995; FABRINI, 2002; LORENZO, 2012).

A cooperação formal, por sua vez, passou a ocorrer quando a entre ajuda se tornou conscientemente organizada, ou seja, obedecendo a estatutos previamente acordados entre os membros cooperadores em cooperativas e sindicatos (PINHO, 1966). O primeiro modelo de cooperativa como instituição moderna nasceu na Inglaterra em 1844 com a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, considerada a “mãe” de todas as cooperativas e a difusora do cooperativismo na Europa (PINHO, 1966; FABRINI, 2002; SINGER, 2002; LORENZO, 2012; REYES & HARNECKER, 2012). Não obstante, haja relatos de cooperativas europeias existentes desde o século XVIII, mas que fracassaram por não assegurar a reprodução econômica da organização (REYES & HARNECKER, 2012; SAN VICENTE, 2012).

As condições econômicas e sociais da Europa contribuíram para o desenvolvimento do cooperativismo. De um lado, o desemprego em decorrência da introdução de máquinas com novas técnicas de produção industrial. Do outro, os princípios do liberalismo, pregando a individualidade, a livre-concorrência, a não-intervenção do Estado e a proibição do associativismo profissional. Enquanto uma minoria de empresários enriquecia, graças à alta produtividade das máquinas e aos baixos salários pagos à mão-de-obra, os trabalhadores passavam fome (PINHO, 1966 e 1973). Esses trabalhadores, antigos camponeses expulsos dos domínios senhoriais, se transformaram no proletariado cuja jornada de trabalho nas fábricas não tinha limites legais e envolvia adultos e crianças (SINGER, 2002; REYES & HARNECKER, 2012).

Como estavam proibidos de formar qualquer tipo de organização de defesa de seus interesses profissionais, muitos trabalhadores – dentre os quais comunistas, cartistas, líderes sindicais –, buscaram soluções para seus problemas de maneira conjunta. Foi assim que os tecelões da indústria de flanelas de Rochdale, distrito de Lancashire, na Inglaterra, acompanharam a prosperidade da produção industrial e resolveram pedir um aumento. Com a discordância dos patrões um pequeno grupo se organizou para encontrar outra maneira de melhorar a situação econômica. Depois de muita discussão, abriram um armazém cooperativo de consumo no qual passaram a adquirir bens de primeira necessidade com

qualidade e com preços acessíveis (PINHO, 1966 e 1973; FABRINI, 2002; SINGER, 2002; REYES & HARNECKER, 2012).

A experiência de Rochdale seguiu uma trajetória exitosa confirmada no aumento do seu quadro social; na oferta de serviços, como venda a varejo e operações bancárias; no processo de formação de seus usuários através da educação; e na criação de formas espaciais, como alfaiataria, moinho de trigo e tecelagem (SINGER, 2002). Ademais, os Pioneiros de Rochdale permaneceram como ícones devido as regras construídas para orientar sua estrutura e que se difundiram como os princípios da Doutrina Cooperativista, quais sejam: adesão livre; gestão democrática; retorno das operações; juros limitados ao capital; vendas a dinheiro; educação dos membros; e cooperativização global (PINHO, 1973).

Para João Elmo Schneider, o cooperativismo surgiu como uma proposta de superação pacífica do sistema capitalista diante das mazelas desencadeadas a partir Revolução Industrial e como contraponto as ideias marxistas. Segundo o sociólogo, a “cooperação mútua, tomando o lugar da competição e da ganância pelo lucro e integrando as instâncias da produção, distribuição e consumo de mercadorias, constituiria a base da nova sociedade, mais justa e mais humana, pois não comportaria nem exploradores, nem explorados”. Ou seja, o “motor dessa transformação gradativa da sociedade não seria a luta de classes, como propunham Marx e seus seguidores, mas o apelo natural à racionalidade da organização cooperativista, que se imporia sobre o *laissezfaire* capitalista” (SCHNEIDER, 1981, p. 11).

Para João Edmilson Fabrini, os socialistas utópicos consideravam o cooperativismo como “um meio para superação do modelo capitalista de produção e que permitiria a implantação de uma sociedade livre da dominação do capital”. Portanto, as cooperativas seriam o “embrião de uma sociedade nova e igualitária” através da qual se eliminariam os “males do regime econômico que se sustentava na apropriação desigual da riqueza produzida pelos trabalhadores”. Diante das dificuldades para a implantação dessa sociedade alternativa e utópica, a cooperação passou a ser entendida como “uma etapa intermediária na transformação da sociedade” (FABRINI, 2002, p. 93).

Para Eliane Tomiasi Paulino, a essência original do cooperativismo moderno emergiu no século XIX, por inspiração de ideólogos como Saint Simon, Charles Fourier e Robert Owen. Esses estudiosos teriam pensado o cooperativismo como mecanismo para a transformação gradual da sociedade. Contudo, para aquela geógrafa, a proposta de transformação social pacífica não seria possível em uma sociedade de classes, pois não seria “plausível apostar que a classe detentora da posição hegemônica faça voluntariamente concessões que impliquem na perda dessa condição” (PAULINO, 2003, p. 164).

Vale retomar as colocações de Diva Benevides Pinho para discutir a posição marxista frente ao cooperativismo. Para ela, o socialismo marxista desprestigiou a forma cooperativa “ao encará-las como meio insuficiente de emancipação do trabalhador” que atrapalhava os ideais revolucionários “por transformar os proletários em burgueses”. Contudo, ainda segundo a autora, o socialismo pós-marxista tolerou as cooperativas, sobretudo por influência de Lênin, que as considerou, o “único organismo bom do regime capitalista” que deveria “ser mantido a qualquer preço” (PINHO, 1973, p. 21).

Para Daniel Rech, as cooperativas não despertaram o interesse de Karl Marx. Segundo o autor, Marx entendia “que elas, quando isoladas em si, não tinham condições de enfrentar os monopólios que se agigantavam no capitalismo”, pois ‘enquanto permanecer limitada a um círculo reduzido, enquanto apenas alguns operários se esforçarem, (...) a cooperação dos trabalhadores não será capaz de libertar as massas’ (RECH, 1995, p. 15).

Já para Humberto Miranda Lorenzo, ao tratar das cooperativas e dos pensadores socialistas, tanto Marx quanto Engels apreciavam as potencialidades do cooperativismo na luta contra o capitalismo, não obstante alertassem sobre sua importância muito mais na produção do que no consumo. Segundo o autor cubano, Marx entendia que as cooperativas

de produção “*ayudan a minar, siempre que vayan dentro de un programa general de transformación revolucionaria, la lógica del capitalismo, su proceso de explotación y de extracción de plusvalor*” (LORENZO, 2012, p. 84).

Por sua vez, para Iñaki Gil de San Vicente, Lênin escolheu o cooperativismo como uma das soluções definitivas para avançar ao socialismo, uma convicção que se fortaleceu no início da Revolução Bolchevique. Para esse teórico basco, Lênin assumia o cooperativismo como um dos métodos para alcançar o socialismo, além de defender que as cooperativas deveriam servir de ponte para unir as diferentes frações das classes trabalhadoras, desde os camponeses até os operários das grandes fábricas, passando pelos trabalhadores das pequenas empresas arruinadas, pois ‘*Si pudiéramos organizar en cooperativas a toda la población, pisaríamos ya con ambos pies en terreno socialista*’ (SAN VICENTE, 2012, p. 109).

Importa salientar que a formação da classe trabalhadora no modo de produção capitalista provocou o surgimento de diferentes formas de organização e de manifestações, desde o Socialismo Utópico, o Socialismo Científico, o Manifesto Comunista, as *Trade-Unions* até a formação da Associação Internacional dos Trabalhadores. Esta última foi criada durante a Primeira Internacional, realizada em Londres no ano de 1864, com a presença de sindicalistas, anarquistas e marxistas. Na mesma ocasião, se demarcaram diferentes compreensões do processo revolucionário e duas questões precisavam ser respondidas. O que aconteceria com a propriedade da terra após a Revolução Socialista? Como se daria a organização da produção na agricultura? (FABRINI, 2002; FABRINI & MARCOS, 2010).

Para os anarquistas, a organização revolucionária estava atrelada a duas tarefas principais: a expropriação de forma radical e integral em todos os setores da economia e a organização da sociedade em comunas autogeridas. Por sua vez, o enfoque anarquista se desdobrava na corrente coletivista e na corrente comunista. A primeira teve como base as contribuições de Bakunin e essa última com Kropotkin. Tal divergência se dava pela forma distinta de acesso ao fruto do trabalho desenvolvido coletivamente. Ambas trilhavam caminhos diversos para alcançar o verdadeiro objetivo da revolução social: o estabelecimento da completa liberdade e igualdade entre os homens (FABRINI & MARCOS, 2010).

Na proposta bakuniana, a organização coletiva da produção tinha como ponto central a noção ‘de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com o seu trabalho’ⁱⁱ. Nessa perspectiva, cabia à forma cooperativa a passagem à sociedade anarquista. As bases da cooperação priorizavam a “formação de associações e de sociedades cooperativas de crédito, consumo e, sobretudo, de produção como uma forma de emancipação do trabalho da dominação do capital” (FABRINI & MARCOS, 2010, p. 31-32).

Na proposta do comunismo anarquista, pensado por Kropotkin, a meta para alcançar a sociedade futura era a satisfação de todas as necessidades dos indivíduos, ou melhor, o bem-estar para todos. Para isso, bastaria privilegiar a produção de bens de necessidade ao invés de bens de luxo. Essa seria a base para que todos tivessem o mesmo direito de acesso às riquezas. O que diferia a proposta kropotkiniana da bakuniana era que, para Kropotkin, “uma vez que cada um teria contribuído com o próprio trabalho a produzir as riquezas” cada um teria o direito de retirar “o quanto fosse necessário para garantir a satisfação das suas necessidades”. Assim, a sustentação da organização comunista da produção, tomava como parâmetro a ideia de ‘cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas necessidades’ (FABRINI & MARCOS, 2010, p. 32-33).

Tampouco havia consenso entre os marxistas. Entre os pensadores dessa corrente tais questões eram tratadas com contradições e controvérsias a depender das tendências que se formavam no quadro do socialismo, sobretudo europeu. Os marxistas ortodoxos defendiam a concentração do capital, a nacionalização das terras e a formação de grandes

unidades produtivas, além de atacar a produção camponesa pelo caráter pequeno burguês e por desprezar as formas de produção mediadas por relações familiares, de parentesco e de solidariedade. Entre os proudhonianos predominava a visão que defendia a apropriação privada das terras camponesas (FABRINI, 2002; FABRINI & MARCOS, 2010).

Importa salientar que, desde os Probos de Rochdale, formaram-se e difundiram-se cooperativas pelo mundo. Ou melhor, foram criadas inúmeras “sociedades de pessoas” de caráter “não lucrativas”, consideradas como eficientes “instrumentos” de desenvolvimento econômico, notadamente para os países ou as regiões de economia “estagnada” (PINHO, 1966). De acordo com Reyes & Harnecker (2012), baseados na Aliança Cooperativa Internacional, mais de 800 milhões de pessoas no mundo estavam organizadas em cooperativas realizando atividades econômicas diversasⁱⁱⁱ. Mesmo assim, a multiplicação das cooperativas não conseguiu tocar nas desigualdades (PAULINO, 2003).

Por tudo isso, se entende que as cooperativas são criadas com distintas intencionalidades. Para Pinho (1973, p. 21-22), uma cooperativa é uma “empresa serviço” que se distingue da “empresa capitalista” por priorizar a satisfação das necessidades dos usuários. Para Muller (1981, p. 97), se trata de uma “organização de auto-ajuda em ações não só econômicas como comunitárias, que têm em vista uma distribuição equânime dos resultados entre os cooperados”. Para Singer (2002, p. 10), seja através de uma cooperativa ou de uma sociedade econômica, o que importa é a constituição “outro modo de produção” denominado por ele como economia solidária. Neste modo de produção alternativo ao capitalismo seriam aplicados os princípios básicos da “propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”, garantias da solidariedade e da igualdade.

Já para Fabrini (2002), as cooperativas surgem a partir de diferentes compreensões da organização social da produção, o que depende da postura política e ideológica dos sujeitos envolvidos, ora motivados por uma cooperação mais de “natureza econômica” com “fins produtivos” e uma “racionalidade de empresa” capitalista; ora mediada por relações de parentesco; e outras, no “processo de luta” dos trabalhadores. Desse modo, o cooperativismo não está acima das relações de classe. A partir dos diferentes interesses na sociedade de classes surgem as propostas de cooperativas “progressistas” e de cooperativas “empresariais”. As primeiras, são “cooperativas de resistência, organizadas a partir dos interesses da classe trabalhadores”. As últimas “procuram inserir-se na dinâmica capitalista e reforçar a ordem de dominação e subordinação dos trabalhadores ao capital” (FABRINI, 2002, p. 99).

Para Reyes & Harnecker (2012), uma cooperativa é um grupo ou associação de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer necessidades e aspirações econômicas, sociais e/ou culturais comuns por meio de uma empresa democraticamente controlada, autônoma a aberta. Porém, é uma empresa onde o associativo, o social é o que guia o funcionamento empresarial, ou seja, é uma empresa de pessoas e não de capitais.

Segundo Daniel Rech, o ponto de vista socialista via na cooperativa um “embrião de uma nova sociedade onde as pessoas poderiam trabalhar conjuntamente, libertando-se do jugo do capital e mesclando interesses pessoais e coletivos”. No entanto, as iniciativas concretas de estados socialistas no século XX não seguiram tão entusiasticamente essa visão, mesmo tendo organizado “o seu mundo camponês de forma cooperativada” (RECH, 1995, p. 14-15). Em países socialistas como Cuba, a cooperativização não foi iniciativa dos trabalhadores, mas do Estado. Segundo Fabrini (2002, p. 94), a cooperação fazia “parte de um plano de ação governamental para sustentar a implementação do socialismo por meio de uma forte intervenção estatal”.

Cuba: Cooperativismo e Revolução

Na Ilha comunista o cooperativismo não logrou êxito até o triunfo da Revolução devido a fatores de ordem econômica e social. A prolongada escravidão que durou quase 350 anos e a larga luta pela independência contra o poder colonial espanhol não

favoreceram o desenvolvimento do cooperativismo (REYES, 2013). Igualmente, o passado colonial cubano foi marcado pelo expansionismo comercial europeu através da concentração de terras para a criação de gado e para o cultivo de tabaco^{iv} e de açúcar^v para o mercado externo com a exploração da mão-de-obra escrava.

Durante o período republicano houve uma intensificação da entrada do capital estrangeiro concomitante ao comércio de terras públicas e privadas formando uma forte classe de proprietários rentistas ao lado de uma força de trabalho assalariada com poucas condições de associação^{vi} (FABRINI & MARCOS, 2010; CALLAVA, 2014).

Esta situação atrasou o início e o desenvolvimento da organização campesina e/ou operária em relação à criação de cooperativas. Por outro lado, as cooperativas, compostas em sua maioria por trabalhadores assalariados nascidos nos países mais desenvolvidos, formam o berço de cooperativas de consumo, produção e economia respectivamente na Grã-Bretanha, França e Alemanha ainda no século XIX (REYES & HARNECKER, 2012; CALLAVA, 2014).

A partir da década de 1930, surgiram na Ilha organizações partidárias e movimentos que eram contra a ordem latifundiário-burguesa e que defendiam tanto a reforma agrária quanto o cooperativismo, este último como uma alternativa à organização produtiva^{vii} (FABRINI & MARCOS, 2010; GONZÁLEZ, 2012). Nesse mesmo período, foram criadas cooperativas e associações formadas por proprietários rurais e produtores que buscavam melhores preços para seus produtos. Essas organizações foram pouco visíveis e não tiveram identidade própria devido à situação social, econômica e política na Ilha (CALLAVA, 2014).

Para Callava (2012), a consolidação do cooperativismo requeria uma visão de desenvolvimento econômico para o país e novas forças sociais interessadas em mudanças. Essas oportunidades foram postas com a Revolução de Janeiro de 1959 ao promover o fim do latifúndio privado e a formação de um setor estatal coletivo lançando as bases para novas formas de participação e gestão econômica.

A Revolução criou as condições para a formação de cooperativas com reconhecimento constitucional e apoio estatal, conforme Quadro 1. Desse processo, foram criadas as Cooperativas de Crédito e Serviços (CCSs), as Cooperativas de Produção Agrícola^{viii} (CPAs), as Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPCs), assim como a Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP).

Quadro 1 – Cuba: cooperativismo e formas de produção coletiva:

ETAPAS	PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
Início do cooperativismo	1959-1974	- Leis de Reforma Agrária - Formas simples de cooperação - Criação das CCS - Criação da ANAP
O cooperativismo em desenvolvimento	1975-1989	- Congresso do Partido Comunista Cubano - Criação da CPA
O cooperativismo na reforma econômica	1990-2007	- Criação da UBPC - Fortalecimento da CCS - Fortalecimento da CPA
O cooperativismo no reordenamento da agricultura	2008-atual	- Fortalecimento e gestão integral de todas as formas cooperativas

FONTE: Trabalho de campo, 2015 ELABORAÇÃO: Jesús Cruz Reyes.

A estrutura agrária pós-revolução era bastante concentrada. Em 1959, 9,4% dos proprietários possuíam 73,3% das terras do país (GONZÁLEZ, 2012). Diante dessa conjuntura, resultante de um problema estrutural, uma das primeiras medidas do governo revolucionário foi a I Lei de Reforma Agrária criada em maio de 1959. Essa Lei determinava a desapropriação de terras dos latifundiários cubanos e a nacionalização das pertencentes a

estrangeiros. Para tanto, foi criado o *Ministerio de Recuperación de Bienes Malversados*, cuja atuação formou um fundo de terras que distribuiu 2,7 milhões de hectares para quase 100 mil camponeses (FABRINI & MARCOS, 2010, p. 79).

Como a concessão de terras resultante da I Lei de Reforma Agrária contrariava os grupos sociais até então dominantes, estes se organizaram numa espécie de “setor contrarrevolucionário no campo” boicotando as ações do Estado (RAMOS FILHO, 2008; FABRINI & MARCOS, 2010). Como resposta, o Partido criou, em 1961, a *Asociación Nacional de Agricultores Pequeños* e, em 1963, lançou a II Lei de Reforma Agrária.

A ANAP, que representava tanto o campesino individual quanto o cooperado, foi um passo relevante para o desenvolvimento do cooperativismo. Esta organização resultou numa articulação política constituída por associações camponesas e se converteu numa escola prática de educação cooperativa^x (RAMOS FILHO, 2008; FABRINI & MARCOS, 2010; GONZÁLEZ, 2012; CALLAVA, 2014).

Já a II Lei de Reforma Agrária consolidou o caráter “socialista da revolução”, ao desapropriar, confiscar e nacionalizar terras, até mesmo, de “pequenos proprietários contrários à revolução” (FABRINI & MARCOS, 2010, p. 80). Concedida a terra, cabia ao Estado implementar as formas de produção e de socialização dessa produção.

A política agrária que seria levada a cabo pela Revolução foi exposta pelo Primeiro Ministro Fidel Castro, durante a abertura do Congresso Provincial Camponês realizado em Santiago de Cuba em fevereiro de 1959. O líder, na ocasião, afirmara que *‘Para mantener el consumo, para mantener la riqueza, para hacerla Reforma Agraria, no es posible repartir La tierra en un millón de pedacitos [...] Deben instalarse cooperativas en los lugares que sean propicios a este tipo de producción y hacerse un cultivo planificado de los terrenos’* (GONZÁLEZ, 2012, p. 322).

As primeiras cooperativas formadas no período revolucionário foram as *Asociaciones Campesinas* e as *Cooperativas de Créditos y Servicios* criadas em 1960 na província de Pinar del Río. Àquelas existiram de forma paralela com as *Cooperativas de Créditos y Servicios* até o final de 1980 quando foram convertidas em CCSs^x (GONZÁLEZ, 2012). Mesmo assim, ambas resultaram de uma estratégia dos *tabacaleros* (produtores de tabaco) que sentiram a necessidade de criar um mecanismo que possibilitasse a continuidade da concessão de créditos agrícolas após a desativação do Banco de Fomento Agrícola e Industrial de Cuba e da *Compañía Norteamérica Cuban Land* que financiavam a produção de tabaco antes da Revolução (FABRINI & MARCOS, 2010; GONZÁLEZ, 2012).

Depois do I Congresso do Partido Comunista, em 1975, o cooperativismo passou a ter pleno apoio do Estado, sobretudo entre os camponeses que foram beneficiados com as terras da reforma agrária. Foram constituídas, então, as *Cooperativas de Producción Agropecuaria* que, junto com as CCSs, formam um importante movimento cooperativista na agricultura cubana (GONZÁLEZ, 2012).

É importante esclarecer que os princípios que fundamentaram o socialismo cubano desde a Revolução foram coletivistas. Essa perspectiva se sustenta teoricamente na seguinte ideia: o sujeito que trabalha com a família num determinado lote possui uma mentalidade próxima do ideal burguês (individualista), ou seja, é alguém que nega o processo de socialização e coletivização dos meios de produção e que está na contramão do ‘espírito coletivo’, pilar da construção do socialismo. Por conta disso, núcleo familiar não se constituiu como uma prioridade, apesar de que o campesinato fora fundamental no processo revolucionário, inclusive, atuando no “exército rebelde” “animados pela possibilidade da distribuição de terras latifundiárias” (FABRINI & MARCOS, 2010, p. 79).

O processo de organização da agricultura cubana se constituiu, então, a partir de uma política agrícola pautada na estatização da terra, na centralização e na produção em escala “ao estilo da revolução verde” (FABRINI & MARCOS, 2010, p. 79-80). Contudo, o modelo agrícola começou a apresentar sinais de esgotamento na década de 1980, quando o

elevado uso de insumos já não correspondia em aumento da produção (FABRINI & MARCOS, 2010; GONZÁLEZ, 2012; PALAZÓN, 2012).

Acrescenta-se, ainda, a queda do bloco socialista e, conseqüentemente, a perda do principal mercado comprador e exportador da Ilha. Essa conjuntura desembocou numa crise nacional conhecida como *Periodo Especial* cujas implicações afetaram todas as dimensões da vida por conta da elevação dos preços e da falta de alimentos resultantes da crise que abateu o país após o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Para enfrentar as dificuldades o Estado adotou uma série de medidas.

O setor agrário foi reestruturado, o que provocou o “deslocamento” da agricultura coletiva estatal para uma agricultura coletiva cooperativista, já que as CCSs e CPAs se encontravam melhor preparadas para funcionar do que a empresa estatal^{xi}. Como desdobramento, em setembro 1993, foi promulgado um decreto-lei que estabelecia as bases para a transformação de granjas estatais decadentes em cooperativas através da criação das *Unidades Básicas de Producción Cooperativa*. As terras foram distribuídas aos camponeses e/ou transformadas em *granjas del pueblo* (empresas agropecuárias estatais), administradas pelo Estado e exploradas por trabalhadores assalariados.

Inicialmente, as UBPCs atuavam no setor canavieiro, e, posteriormente, foram replicadas no plantio de gêneros alimentícios para atender as necessidades de seus trabalhadores ou à comercialização (FABRINI & MARCOS, 2010). Com a criação das UBPCs, a agricultura cubana passa por uma mudança significativa. A área agrícola cultivada por formas cooperativas passou de 15% em 1989 para 70% em 1999 (GONZÁLEZ, 2012, 329).

Em 1994, houve a reabertura dos *agromercados* (mercados agropecuário), fechados desde 1986. Estes passaram a funcionar em locais determinados pelo Estado. Cabia ao Estado, ainda, autorizar a comercialização dos produtos a partir dos excedentes produzidos pelas fazendas estatais – CPAs, UBPCs e CCSs – mediante seus planos anuais, não obstante houvesse um comércio paralelo. A reabertura dos *agromercados* favoreceu o surgimento de uma agricultura orgânica nas áreas urbanas com vistas a produzir alimentos utilizando técnicas de agroecologia, estimulada, sobretudo, pela *Fundação Antonio Núñez Jiménez* em parceria com a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (FABRINI & MARCOS, 2010; PALAZÓN, 2012).

A reativação do Setor Agropecuário contou, também, com a possibilidade de acesso à terra por parte das famílias interessadas, já que até 1993, 82% das terras do país permaneciam sob as formas de propriedade e gestão estado (GONZÁLEZ, 2012, p. 325). Essas mudanças podem ser percebidas com base nos dados sistematizados pela *Oficina Nacional de Estadísticas*, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Cuba: distribuição da terra segundo as formas de propriedade (2006).

Forma de propriedade	Superfície total		Superfície agrícola		Superfície cultivada	
	Hectares (milhares)	%	Hectares (milhares)	%	Hectares (milhares)	%
Estatual	6.061,2	55	2.348,0	35	720,6	23
Não-estatal	4.927,4	45	4.281,6	65	2.403,7	77
UBPCs	2.841,9	58	2.489,2	58	1.287,4	54
CPAs	690,2	14	583,7	14	316,4	13
CCSs e Privadas	1.395,3	28	1.208,7	28	799,9	33

FONTE: FABRINI & MARCOS (2010, p. 83).

As modificações não param por aí. Estão e curso uma série de transformações na economia cubana. Tais mudanças derivam dos acordos do VI Congresso do Partido Comunista Cubano realizado em 2011, e abrem um espaço maior para a criação de cooperativas em diferentes setores (REYES, 2013). O sexto Congresso do Partido realizado em 2011 atualizou o modelo econômico cubano com o objetivo de garantir a continuidade do

Socialismo. Diante disso, um dos lineamentos da *Política Económica y Social del Partido y la Revolución* orientou que:

Crearán las cooperativas de primer grado como una forma socialista de propiedad colectiva, en diferentes sectores, las que constituyen una organización económica con personalidad jurídica y patrimonio propio, integradas por personas que se asocian aportando bienes o trabajo, con la finalidad de producir y prestar servicios útiles a la sociedad y asumen todos sus gastos con sus ingresos (VI CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011).

FORMAS DE PRODUÇÃO COOPERATIVA EM CUBA: CCS, CPA e UBPC

Em Cuba, as cooperativas de produção representam uma das formas de organização empresarial. Dentre as cooperativas, existem três modalidades criadas em distintas conjunturas socioespaciais: as Cooperativas de Créditos e Serviços, as Cooperativas de Produção Agropecuária e as Unidades Básicas de Produção Cooperativa.

Em 2013, essas três formas compreendiam 51% (5.222) das 10.246 organizações existentes no país, conforme Quadro 3. Porém, uma parte significativa delas não funcionava realmente como cooperativa porque não desfrutava da autonomia necessária para tomar decisões básicas como a comercialização dos seus produtos (REYES & HARNECKER, 2012). Não obstante, haja quem defenda que, desde 2007, venha ocorrendo um processo de descentralização das decisões e de melhoria no valor pago pelo Estado no preço do leite, da carne e dos produtos agrícolas (GONZÁLEZ, 2012).

Quadro 3 – Cuba: formas de cooperativa (2009)

TIPO	QUANTIDADE	
	Nº	%
CCS	2.502	47,9
CPA	909	17,4
UBPC	1.811	34,7
TOTAL	5.222	

FONTE: *Oficina Nacional de Estadística e Información*.

ELABORAÇÃO: Aline dos Santos Lima.

Nas CCSs, os membros mantem a condição de proprietários individuais (terra e meios de produção). Se, em determinado momento, o integrante decide se desvincular da CCS é possível se retirar mantendo a condição de proprietários dos meios de produção (CALLAVA, 2014). A estrutura da CCS nega a produção coletiva, pois agrega camponeses que exploram a terra com trabalho familiar. Cada camponês possui seu lote de terra e tem “relativa autonomia” (destaque nosso) produtiva nos planos de produção. O que é produzido pelos camponeses é comercializado com o intermédio das cooperativas.

As CCSs podem ser “fortalecidas” ou “não fortalecidas”, a depender da adequação de critérios que são avaliados pelo *Ministerio de la Agricultura* (Minag) em conjunto com representantes da ANAP. Dentre os critérios, destaca-se a existência de uma sede para administração; a realização de encontros, reuniões da diretoria e assembléias; a existência de equipamentos agrícolas coletivos; e a boa qualidade e o volume de produção (FABRINI & MARCOS, 2010; TRABALHO DE CAMPO, 2015). Àquelas que são “fortalecidas” possuem uma equipe responsável pelo acompanhamento de pesagem da produção, verificação da qualidade, assessoria contábil, dentre outros. Por sua vez, nas CCSs “não fortalecidas”, a organização é de responsabilidade dos próprios camponeses (FABRINI & MARCOS, 2010, p. 128).

Durante o estágio acadêmico em Cuba, no primeiro semestre de 2015, conhecemos algumas CCSs do município de Viñales situado na província de Pinar del Río, justamente onde surgiram as primeiras Cooperativas de Créditos e Serviços cubanas. Na ocasião, visitamos a CCS Manuel Farrado que tem 117 sócios, sendo 7 mulheres. A CCS produzia tabaco, frutas, feijão, milho, *boniato* (batata-doce) e sorgo (TRABALHO DE CAMPO, 2015).

Por sua vez, as CPAs são formadas por camponeses que incorporam suas terras e instrumentos de trabalho à cooperativa, passando da condição de proprietários para trabalhadores coletivos (GONZÁLEZ, 2012). Ou seja, é uma forma de cooperação mais socializada do que a CCSs. Todas as CPAs têm um plano de metas elaborado pela cooperativa sob a supervisão do Estado que adquire a produção, embora o excedente possa ser vendido nos *agromercados* (FABRINI & MARCOS, 2010).

Já as UBPCs foram criadas a partir de decadentes granjas estatais com um modelo inspirado no sucesso das CPAs. Apesar disso, adotam uma “nova” forma de produção coletiva na qual os trabalhadores assumem a gestão e posse dos meios de produção. A remuneração dos trabalhadores é proporcional à produção, diferentemente do passado quando cada trabalhador da fazenda estatal possuía um salário fixo. Mesmo assim, os *obrerros agrícolas* (trabalhadores) ainda carecem de autonomia, pois a comercialização é regulada pelo Estado por meio de planos anuais que definem os compradores, a área e o volume da produção.

Para Palazón (2012), as UBPC são as formas de organização produtiva que contam ao mesmo tempo com maior número de recursos e com os resultados mais insatisfatórios. Ao refletir essa situação, o autor concluiu que esse processo tem relação direta com a conjuntura da criação das UBPCs. Estas, foram criadas na década de 1990 “*de manera fortuita y a partir de las entidades estatales agrícolas con el objetivo de ganar flexibilidad, pero el entorno en el que han operado se lo ha impedido*” (PALAZÓN, 2012, p. 20).

Outro ponto a acrescentar, é que o Estado proporcionou estímulos às UBPCs, como a “distribuição de divisas” para a “aquisição de máquinas e equipamentos” para as “unidades” produtoras de açúcar que fossem “eficientes”. Contudo, para gozar desse benefício a UBPC deve “cumprir rigorosamente as determinações” do *Ministerio del Azúcar* (FABRINI & MARCOS, 2010, p. 89-90).

Já para González (2012), “*La trayectoria y experiencia positiva de las CPA de más de 20 años sirvió de modelo para la proyección y constitución de las UBPC*” que transformou “*obrerros agrícolas*” “*de la noche a la mañana en propietarios colectivos (cooperativistas)*” (GONZÁLEZ, 2012, p. 328). Essa mesma questão já havia sido analisada por Fabrini & Marcos (2010). Para esses dois geógrafos brasileiros, quando a “produção açucareira” era um “bom negócio” as granjas estavam nas mãos do Estado. Com a decadência, “elas foram repassadas aos trabalhadores para que dessem respostas positivas à crise” (FABRINI & MARCOS, 2010, p. 86).

Além das produções coletivas (CPA e UBPC) e das familiares/particulares (CCS) existem às *fincas*. Estas passaram a existir, recentemente, e são exploradas em terras remanescentes de fazendas estatais arruinadas ou de proprietários que não possuem recurso para explorá-las. Geralmente, produzem alimentos de autoconsumo para o abastecimento da população de pequenas cidades (TRABALHO DE CAMPO, 2015).

Foi possível acompanhar as atividades realizadas nas *fincas* no município de Viñales, na província de Pinar del Río. Nas *fincas* visitadas neste município, a agricultura camponesa se desenvolve na produção de tabaco e no turismo rural. Visitamos várias famílias que fazem parte das 18 comunidades alojadas dentro do *Parque Nacional de Viñales*. Dentre as quais, a *finca* agroecológica *El Paraíso*, cujo proprietário é sócio da CCS Manuel Farrado. A *finca* desse camponês era uma antiga propriedade cujos proprietários

não conseguiram manter. Após solicitação para abrir a *finca*, o camponês foi contemplado e criou um restaurante e um *organopónico* (horta orgânica) (TRABALHO DE CAMPO, 2015).

A *finca El Paraíso* possui 15 pessoas trabalhando entre a produção no campo (plantio de frutas e de hortaliças) e no restaurante. Neste, são servidos pratos vegetarianos e *tragos* (coquetéis) à base de legumes, verduras, frutas e ervas medicinais produzidos num sistema agroecológico através da utilização de minhocas que são regadas com os excrementos de coelhos – os animais ficam alojados em grandes gaiolas em cima do *lombricultor* (minhocário) (TRABALHO DE CAMPO, 2015).

A *finca El Paraíso*, assim como todo o município de Viñales, tem atraído visitante durante todo o ano. O município oferta vários atrativos, como cachoeiras e trilhas que são percorridas a pé ou no lombo de animais. Para recebê-los, o arranjo espacial do centro urbano se assemelha a um cenário cenográfico construído para receber estrangeiros. A cidade possui 617 casas de aluguel com 737 quartos disponíveis, além das 20 casas completas para serem alugadas, o que pode ser feito em moeda nacional (para eventuais cubanos) e em peso cubano convertível (para turistas).

Além disso, o Estado tem estimulado a associação da produção de tabaco à rota turística, o que é feito pelos cerca de 50 funcionários do Parque Nacional de Viñales. Além do Parque, o município de Viñales possui o *Museu Municipal de Viñales 'Adela Acuy'* que organiza roteiros com visitas as casas de camponeses. Estes demonstram e envolvem os turistas na lida nas lavouras e no fabrico do charuto. Inclusive, muitos camponeses fabricam e consomem o “*tabaco de sua própria vega*”, ou seja, do seu “*campo sembrado con plantas de tabaco*” com os visitantes estrangeiros (TRABALHO DE CAMPO, 2015).

A presença de tantos visitantes tem permitido uma renda extra para as famílias que vendem os charutos. Teoricamente essa venda é limitada, mas é possível adquirir os produtos em qualquer viela do município por camponeses que fiam à espreita de turistas. Esses elementos são indícios de que o turismo rural é uma importante vertente do processo de consolidação do campesinato, já que os visitantes desejam conhecer o modo de vida do camponês.

Apesar da intensa produção de tabaco a região de Pinar del Río não é monocultura. Pelo contrário, a produção campesina é diversificada. Ademais, os gêneros que não são estratégicos (frutas, tubérculos, suínos) podem ser comercializados após “cumprida à cota” a ser repassada ao Estado. Segundo Fabrini & Marcos (2010, p. 129), só tem a autorização de vender seus produtos aqueles que cumprem as “metas estabelecidas no planejamento estatal, sendo vedada a comercialização de qualquer produção agrícola diretamente ao consumidor”. Mas, a possibilidade de exceder as metas dos planos “é difícil de ser alcançada”.

O Estado recebe os produtos através da *Empresa de Acopio de Produtos Agropecuários*. Os preços adquiridos com a venda estatal são muito baixos. Na pesquisa de pós-doutorado realizado por João Edmilson Fabrini, entre 2008-2009, o autor identificou que a existência de uma “comercialização informal de parte da produção entre vizinhos ou nas pequenas comunidades”. Essa prática não era feita de forma aberta. O comércio paralelo era anunciado na “surdina nas esquinas das ruas e durante a noite, para que autoridades estatais não possam fiscalizar”. Ao comparar os preços dos produtos agropecuários repassados ao Estado e os vendidos nos *agromercados*, o pesquisador verificou uma discrepância significativa. A venda nos *agromercados* possibilitava um preço mais elevado. A diferença era justificada devido ao percentual de subsídios ofertados pelo Estado em forma de ração e assistência técnica (FABRINI & MARCOS, 2010, p. 130-131).

Por tudo isso, para Fabrini & Marcos (2010), o modelo agrícola cubano apresentava uma série de percalços em relação a questão agrária. Em primeiro lugar, o Estado impõe limites para o acesso aos meios de produção, sem contar nos baixos preços pagos pelos produtos agrícolas, além de priorizar a agricultura coletiva realizada pelas CPAs e UBPCs.

Para os autores, tais aspectos indicam a existência de um “problema agrário estrutural” em Cuba. Ou seja, uma “questão agrária, não necessariamente centralizada na posse da terra, mas no processo produtivo” (FABRINI & MARCOS, 2010, p. 15). Tudo isso se manifesta de “maneira conflituosa, ou seja, um conflito velado entre camponeses e Estado”. Ocorre que esse “conflito não declarado” não se “desdobra em enfartamentos”. Trata-se do que os autores chamam de “conflito sem confronto” já que o confronto é tratado como prática “contrarrevolucionária” (FABRINI & MARCOS, 2010, p. 138).

Considerações Finais

A cooperação incontestavelmente é uma forma de organização do trabalho e de produção que aumenta a produtividade, melhora a eficiência e promove o desenvolvimento das forças produtivas. Em muitos países capitalistas essa forma de produção foi apropriada pelo capital. Este, ao mesmo tempo em que explora a classe trabalhadora, fornece-lhe subsídios para que construam suas próprias organizações. Além dos sindicatos, uma dessas formas é o cooperativismo. Em muitos casos, as cooperativas são criadas para defender direitos e como alívio econômico diante da degradação das condições de vida. Em Cuba, durante os 56 anos de Revolução, as cooperativas contribuíram para o desenvolvimento da agropecuária adquirindo importância crescente e que tende a se ampliar.

Nesse mais de meio século, o setor agropecuário cubano foi integrado por três tipos de cooperativas privadas e estatais. A existência das CCSs, CPAs e UBPCs conduz a uma reflexão sobre as formas de propriedade e de gestão da produção. É importante destacar a eficiência das CCS e dos camponeses privados ao passo que as CPAs vêm diminuindo de quantidade e as UBPCs vêm sofrendo com ineficiência e dificuldade em cumprir os contratos.

Uma análise mais minuciosa indica que a eficiência das *Cooperativas de Créditos y Servicios* está relacionada a entrega da terra em usufruto às cooperativas/camponeses. Estes se tornaram os produtores com os melhores resultados. Por isso mesmo, o Estado exerce sobre eles um excessivo controle para evitar que essa pequena produção mercantil evolua para formas capitalistas. Para tanto, os instrumentos mais usados tem sido o baixo preço pago pelo Estado pelos produtos, além de ser o próprio Estado o único fornecedor e o comprador da produção.

A economia cubana tem muitos desafios para prosseguir com seu modelo e fazer frente às difíceis mudanças internacionais e problemas internos. Uma demanda recorrente é a necessidade de atingir a soberania alimentar em bases sustentáveis reduzindo a dependência externa. O sexto Congresso do Partido realizado, em 2011, atualizou o modelo econômico cubano com o objetivo de garantir a continuidade do Socialismo. Os lineamentos dessa *Política Económica y Social del Partido y la Revolución* passaram a permitir e a orientar a criação de cooperativas como forma socialista de propriedade coletiva em diferentes setores e não exclusivamente na agricultura.

Notas de Referência

ⁱ Integramos a equipe do projeto “Estado, capital e campesinato no desenvolvimento das políticas de produção de alimentos e agrocombustíveis no Brasil e Cuba. Semelhanças e diferenças” (Projeto: CAPES / MES-CUBA PROJETOS - 161/12). O Projeto foi coordenado na *Facultad de Geografía* da *Universidad de La Habana* pela Dra. Angelina Herrera Sorzano e, no Brasil, pelo Dr. João Cleps Júnior, da Universidade Federal de Uberlândia. A produção desse texto somente foi possível com o apoio de Guiomar Inez Germani, coordenadora do Grupo GeografAR/UFBA; de Jesús Cruz Reyes, professor da *Facultad de Economía* da *Universidad de la Habana*; e de Yamira Valdés Valdés e Ricardo Fleitas Camacho do *Parque Nacional de Viñales* em Pinar del Río.

ⁱⁱ É esse o princípio de distribuição socialista que rege o sistema econômico cubano. Para saber mais, consultar os *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*.

ⁱⁱⁱ Na Finlândia, as cooperativas são responsáveis por 96% da produção de lácteos, 50% dos ovos e 34% dos produtos florestais. Na França, elas controlam mais de 40% da produção de alimentos agrícolas. No Uruguai, produzem 90% do leite e 30% do trigo. Na Nova Zelândia, em 2007, as cooperativas geraram 22% do Produto Interno Bruto (PIB). No Brasil, em 2009, as cooperativas contribuíram com 5,4% do PIB (REYES & HARNECKER, 2012, p. 31).

^{iv} Em toda Ilha se produz tabaco, mas as províncias de Pinar del Río, Villa Clara e Sancti Spíritus são responsáveis por mais de 80% do tabaco cubano. Pinar del Río, sozinha, produz mais de 60% da produção nacional o que se atribui às condições naturais, a infraestrutura e a tradição *tabacalera*. Nessa província, se destacam os municípios de San Luis, San Juan y Martínez e Guane, considerados a 'Meca do Tabaco' (FABRINI & MARCOS, 2010, p. 117).

^v A primeira metade do século XIX assistiu a uma verdadeira revolução na tecnologia de fabricação do açúcar em Cuba, o que resultou no surgimento dos primeiros engenhos inteiramente mecanizados. Esses *ingenios* (engenhos) empregavam a energia a vapor não só para moer a cana, mas também para transformar seu caldo em açúcar. Na década de 1860, a colônia espanhola tinha 64 engenhos totalmente mecanizados (BARICKMAN, 2003, p. 289).

O açúcar continua relevante em Cuba, seja pelo incentivo a sua produção com alta tecnologia e/ou pela existência de instituições responsáveis por promover/pesquisar sobre a lavoura, como o *Ministerio de Azúcar* (Minaz) e a Estação Provincial de Pesquisas da Cana-de-açúcar de Matanzas. A produção de açúcar é comandada por empresas açucareiras, ou centrais açucareiras, que controlam o processo de produção agrícola e industrial. Desde 1990, a cana entregue às centrais é produzida pelas cooperativas (FABRINI & MARCOS, 2010).

^{vi} O Censo de 1931, identificou que as propriedades com menos de 40 hectares representavam 71% dos estabelecimentos e abarcavam 10% da área do país. Já as propriedades acima de 670 hectares representavam 1% dos estabelecimentos e ocupavam 58% da área total de terras (PAZ *apud* FABRINI & MARCOS, 2010).

^{vii} Os ideais do cooperativismo fizeram parte do programa revolucionário da organização *Joven Cuba* (1930) e do artigo 75 da Constituição em 1940. Porém, as proposições não lograram êxito, pois não existiu, de fato, uma lei de cooperativas. O que se chamava por cooperativa era, na verdade, associações (GONZÁLEZ, 2012; PEISO, 2012). Em 1944, o político Marino López Blanco elaborou um desenho jurídico próprio para cooperativas e federações de cooperativas, contudo, suas considerações foram ignoradas (REYES, 2013).

^{viii} Este modelo, guardadas as devidas diferenças, foi transposta para o Brasil através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (FABRINI & MARCOS, 2010).

^{ix} Atualmente, a ANAP tem cumprido funções de uma federação de cooperativas representando todos os associados e as organizações que lhes integram as empresas e instituições governamentais. Essa *Asociación* tem promovido o intercâmbio de experiências entre as CCSs e CPAs com organizações similares em nível mundial através de seu centro nacional de capacitação.

^x Em 1960, como parte do setor estatal da agricultura, foram criadas as *cooperativas cañeras*. Em 1961, havia 160 centrais açucareiras abarcando 621 cooperativas em seis províncias e 169.054 cooperados. Porém, a experiência não vingou e, em 1962, essas cooperativas foram convertidas em granjas estatais (GONZÁLEZ, 2012).

^{xi} Em 1990, apenas 27% das empresas agrícolas estatais eram rentáveis ao passo que 80% das CPAs tinham boa rentabilidade (GONZÁLEZ, 2012, p. 326-327).

Referências

BARICKMAN, Bert Jud. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALLAVA, Ivette García. **Diagnóstico integral de la gestión cooperativa de la UBPC Organopónico Vivero Alamar: propuestas de acciones estratégicas para su desarrollo**. La Habana-Cuba: Facultad de Economía da Universidad de La Habana, 2014. (Mestrado em Economia).

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Presidente Prudente-SP: UNESP, 2002. (Doutorado em Geografia).

Revista **Perspectiva Geográfica** - Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 13, p. 119-133, jul.-dez., 2015

FABRINI, João Edmilson. MARCOS, Valéria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010. (Geografia em movimento).

GONZALEZ, Armando Nova. Las cooperativas agropecuárias en Cuba: 1959-presente. In: HARNECKER, Camila Piñeiro (Org). **Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba**. La Habana: Editorial Caminos, 2012. (p. 321-336).

LORENZO, Humberto Miranda. Cooperativismo y autogestión en las visiones de Marx, Engels y Lenin. In: HARNECKER, Camila Piñeiro (Org.) **Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba**. La Habana: Editorial Caminos, 2012. (p. 71-102).

MULLER, Geraldo. Tentativa de criação de um conglomerado de capital nacional. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981. (Coleção teoria e práticas sociais). (p. 97-131).

PALAZÓN, Lisset Cárdenas. **UBPC Trece de Marzo. Análisis de la Revolución de los indicadores económicos productivos em el período 2008-2011**. La Habana-Cuba: Facultad de Economía da Universidad de La Habana, 2012. (Graduação em Economia).

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: a Geografia dos camponeses no norte do Paraná**. Presidente Prudente-SP: UNESP, 2003. (Doutorado Geografia).

PEISO, Avelino Fernández. Notas características del marco legal del ambiente cooperativo cubano. In: HARNECKER, Camila Piñeiro (Org.) **Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba**. La Habana: Editorial Caminos, 2012. (p. 366-396).

PINHO, Diva Benevides. A doutrina cooperativa e a problemática do desenvolvimento econômico. In: PINHO, Diva Benevides. **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundação Frierich Nauman, 1973. (15-47).

_____. **Que é cooperativismo**. São Paulo: Buriiti, 1966.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. “El campesino pobre no puede existir! Dónde tiene ingreso, tiene resultado social”: a revolução agrária em Cuba. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 2, n. 1, p. 150-161, mai. 2008.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

REYES, Jesús Cruz. Cooperativas de segundo grado en Cuba (experiencia de 1982/86). In: CONGRESO DE LA ASOCIACION NACIONAL DE ECONOMISTAS Y CONTADORES DE CUBA, 7., 2013, La Habana-Cuba. **Anais VII ANEC**. La Habana-Cuba: Palacio de Convenciones, 2013. p. 1-10.

REYES, Jesús Cruz. HARNECKER, Camila Piñeiro. Una introducción a las cooperativas. In: HARNECKER, Camila Piñeiro (Org). **Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba**. La Habana: Editorial Caminos, 2012. (p. 31-54).

SAN VICENTE, Iñaki Gil de. Cooperativismo socialista y emancipación humana: el legado de Lenin. In: HARNECKER, Camila Piñeiro (Org). **Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba**. La Habana: Editorial Caminos, 2012. (p. 103-131).

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981. (Coleção teoria e práticas sociais). (p. 11-40).

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VI CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. **Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución.** Cuba, 2011.